

ATA DA 2ª REUNIÃO CONJUNTA DAS CÂMARAS TÉCNICAS – 08.11.2018.

1 Ao oitavo dia do mês de novembro de 2018, às 10:00, o Comitê das Bacias Hidrográficas
2 dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim - Comitê Guandu-RJ -, deu início à 2ª
3 Reunião Conjunta das Câmaras Técnicas, na sala de reuniões do Comitê, na UFRRJ,
4 tendo como pauta os seguintes assuntos: **1. Leitura e aprovação da ata da reunião**
5 **anterior CTEG (04.10.2018); 2. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior CTIL-**
6 **G (04.10.2018); 3. Apresentação da realidade de outras agencias quanto a**
7 **possibilidade de participação de membros de comitê em Atos Convocatórios; 4.**
8 **Apresentação sobre o tempo médio que o INEA leva entre a solicitação (por parte**
9 **da AGEVAP) e repasse de recursos; 5. Discussão sobre ementa do curso "Direito**
10 **e Saneamento Ambiental com Ênfase em Saneamento Básico" a ser ofertado pelo**
11 **comitê; 6. Aprovação de minuta de Resolução sobre a formação do Grupo de**
12 **Trabalho do Saneamento Rural; 7. Assuntos Gerais.** O coordenador da CTIL-G,
13 Paulo de Tarso (FIRJAN), cumprimentou a todos e deu início ao item **1. Leitura e**
14 **aprovação da ata da reunião anterior CTEG (04.10.2018)**, após contribuições, a ata
15 foi aprovada. Paulo de Tarso (FIRJAN) solicitou inclusão na pauta para que Amisterdan
16 Ribeiro (SIMARJ) pudesse apresentar o novo representante da SIMARJ, Reginaldo
17 Gonzalez. Houve inversão de pauta e se deu início ao item **3. Apresentação da**
18 **realidade de outras agencias quanto a possibilidade de participação de membros**
19 **de comitê em Atos Convocatórios.** Leonardo Siqueira (AGEVAP) saudou a todos e
20 deu início à sua apresentação. Atendendo à solicitação de Hendrik Mansur (TNC),
21 Leonardo Siqueira (AGEVAP) fez um breve histórico do tema, que levou ao pedido da
22 CTIL-G de que fosse apresentada a realidade de outros Comitês. Ele informou que
23 pesquisou como cinco agências lidam com o assunto e apresentou três princípios da
24 licitação relevantes para a discussão, isonomia, impessoalidade e probidade
25 administrativa. Então Leonardo Siqueira (AGEVAP) apresentou a realidade de cada
26 Agência e Comitê, com destaque para a Peixe Vivo, de Minas Gerais, que já possui
27 regulação sobre o tema. Em seus editais ela veta a participação de membros de comitê
28 em suas licitações. A conclusão apresentou que se trata de uma situação incomum, que
29 há uma tendência a não permitir e que as agências buscam regulamentar a situação.
30 Fatima Casarin perguntou sobre casos, como por exemplo, da CEDAE, em que
31 instituições associadas participam de atos convocatórios, e como definir os casos
32 permitidos ou não. Leonardo Siqueira (AGEVAP) apontou que é necessário
33 regulamentar o tema. Hendrik Mansur (TNC) pediu a palavra e esclareceu que a TNC e
34 ele próprio não utilizam recursos do Comitê, portanto a sua fala não é em benefício
35 próprio. Ele defendeu que o Comitê não é agente licitante, portanto os princípios
36 apresentados não se aplicariam a ele. Hendrik Mansur (TNC) também mencionou que
37 as deliberações do Comitê são públicas de modo que qualquer cidadão tem acesso a
38 elas na hora em que são realizadas. José Arnaldo apresentou argumento de que, devido
39 a peculiaridade do modelo de gestão do Comitê, é preciso facilitar as contratações.
40 Sabina Campagnani (Furnas) defendeu que o Comitê possui várias amarras legais em
41 sua gestão que foram impostas pelo Estado. Wladimir Loureiro (Adefimpa) defendeu que
42 o Comitê se equipara aos poderes legislativos e a agência executiva se equipara à banca
43 de licitação, à qual deve pesar as restrições da lei de licitações. Hendrik Mansur (TNC)
44 argumentou que a AGEVAP deve se disponibilizar a propor soluções que ouça todos os
45 lados. Para ele, o sistema de gestão hídrica precisa também entender a agência de bacia
46 como um órgão autônomo e independente e evitar fazer solicitações com todos os

ATA DA 2ª REUNIÃO CONJUNTA DAS CÂMARAS TÉCNICAS – 08.11.2018.

47 critérios e detalhes definidos, pois isso seria atribuição da agência. Ele propôs então que
48 se convide a assessoria jurídica para discutir a situação e ouvir os dois lados da questão.
49 **Encaminhamento: Buscar elementos que permitam a participação de membros em**
50 **licitações do Comitê, mas não membros de Diretoria, CT e GT.** Amsterdan Ribeiro
51 (SIMARJ) concordou com as falas prévias e defendeu que os membros não devam ser
52 impedidos de participar de licitações, uma vez que são os que mais contribuem para a
53 continuidade do sistema. José Luiz Governo (ABES) argumentou que o Comitê já se
54 encontra mais amadurecido, e precisa começar a definir aquilo que entende como
55 positivo e negativo no sistema e na legislação. Caroline Lopes (AGEVAP) Lopes
56 (AGEVAP) esclareceu que toda norma que a AGEVAP segue é respaldada pelo contrato
57 de gestão. Ela defendeu que a solicitação da Câmara Técnica era de consultar o que é
58 feito nos outros comitês e agências e isso foi realizado. Para que se discuta viabilidade
59 ou questionamentos a essas normas, Caroline Lopes (AGEVAP) solicitou que se traga
60 a assessoria jurídica para maiores esclarecimentos. **Encaminhamento: Trazer a**
61 **Assessoria Jurídica para a discussão. 2. Leitura e aprovação da ata da reunião**
62 **anterior CTIL-G (04.10.2018);** após algumas contribuições a ata foi aprovada. **4.**
63 **Apresentação sobre o tempo médio que o INEA leva entre a solicitação (por parte**
64 **da AGEVAP) e repasse de recursos;** Caroline Lopes (AGEVAP) Lopes (AGEVAP)
65 explicou como são solicitados os recursos ao INEA. Ela apresentou uma tabela com os
66 levantamentos de datas de solicitação, datas de repasse e a média de tempo entre elas:
67 332 dias. Esse tempo, porém, é superestimado por conta do arresto, antes disso, levava
68 menos de um mês. Caroline Lopes (AGEVAP) também apresentou os valores que
69 constam nas contas do Comitê. Hendrik Mansur (TNC) solicitou o seguinte
70 **Encaminhamento: Apresentar periodicamente status e tempo de repasses dos**
71 **recursos do Comitê, considerando tempo das licitações e repasses.** Foi debatido
72 então todos os danos e prejuízos que o arresto e a demora no repasse dos recursos
73 causaram ao Comitê. Mariana Silveira (Ternium) levantou a possibilidade de aumentar a
74 equipe executiva para dar conta de operacionalizar os recursos do arresto a serem
75 devolvidos. José Arnaldo argumentou que se o INEA solicita execução dos recursos, o
76 Comitê precisa procurar saber o que é necessário para que isso seja feito, aumentando
77 a equipe da AGEVAP da forma necessária. Ele também defendeu que o INEA deveria
78 repassar os recursos sem a necessidade de maiores detalhes. Caroline Lopes
79 (AGEVAP) explicou que essa forma de solicitação de recursos foi definida por resoluções
80 do CERHI, órgão em que o Comitê Guandu tem cadeira, e que talvez seja o momento
81 ideal para se levantar essa discussão. **Encaminhamento: Aprovar defesa sobre**
82 **resolução para enviar ao CERHI para mudar sistema de solicitação de recursos.**
83 Hendrik Mansur (TNC) sugeriu que se defenda o repasse de recursos por componente
84 de projeto. Hendrik Mansur (TNC) também chamou atenção para a necessidade de
85 eficiência do Comitê em deliberar que depende do apoio técnico da agência, pois o
86 Comitê é tão forte quanto é a agência. **Encaminhamento: Nota técnica definindo a**
87 **forma ideal para o repasse de recursos.** Mariana Silveira (Ternium) defendeu que se
88 estabeleça um grupo de trabalho para formular este argumento e estudar os riscos
89 envolvidos. Ela também sugeriu que se leve à plenária decisão para aumentar equipe
90 técnica da AGEVAP. Foi debatido as formas possíveis e implicações em aumentar a
91 equipe da secretaria. Hendrik Mansur (TNC) fez a sugestão de **Encaminhamento:**
92 **Incluir na pauta da primeira reunião – Forma de repasse de recursos do INEA à**

ATA DA 2ª REUNIÃO CONJUNTA DAS CÂMARAS TÉCNICAS – 08.11.2018.

93 **AGEVAP e estruturação e fortalecimento da equipe da AGEVAP. 5. Discussão**
94 **sobre ementa do curso "Direito e Saneamento Ambiental com Ênfase em**
95 **Saneamento Básico" a ser ofertado pelo Comitê:** Caroline Lopes (AGEVAP) explicou
96 que esse já é um encaminhamento da reunião anterior e apresentou ementa de curso
97 fornecido pela UFF. Fatima Casarin sugeriu cursos de 40 horas. Wladimir Loureiro
98 (Adefimpa) solicitou que o educador apresente Interpretação que os órgãos (Conema,
99 etc) dão às leis da ementa do curso. Hendrik Mansur (TNC) defendeu a importância da
100 integração das políticas do meio-ambiente e recursos hídricos. José Arnaldo chamou
101 atenção para o Decreto Presidencial 9177/17, que institui a realização da logística
102 reversa para importadores, distribuidores e comerciantes. Foram definidos como público
103 alvo do curso membros do Comitê, profissionais técnicos de prefeituras, membros de
104 conselhos de APA, associações de professores e moradores. Os cursos serão
105 ministrados em turmas de 10 a 40 pessoas, em 4 regiões, um dia por semana. Hendrik
106 Mansur (TNC) sugeriu que se licite por preço da turma, permitindo a definição da
107 quantidade de turmas após a contratação. O tema prioritário a ser contratado será
108 "Direito de Saneamento Ambiental com Ênfase em Saneamento Básico". José Arnaldo
109 defendeu também a importância de a Diretoria do Comitê buscar pessoalmente o
110 engajamento dos prefeitos dos municípios. **6. Aprovação de minuta de Resolução**
111 **sobre a formação do Grupo de Trabalho do Saneamento Rural.** Iniciou-se a leitura
112 da minuta e contribuições com o texto. A Câmara questionou como seria exatamente
113 essas aprovações de produto e pagamento. Daiana Gelelete (AGEVAP) explicou como
114 funciona a aprovação no GTA do plano de bacia. Primeiro aprovado pela Secretaria
115 Executiva e depois de explicação e apreciação da empresa, o GTA delibera sobre as
116 justificativas e aprova o produto. Hendrik Mansur (TNC) defendeu que não é atribuição
117 do Comitê aprovar tecnicamente os produtos dos projetos e sim do órgão executivo.
118 José Arnaldo argumentou que o município, sendo o responsável pelo saneamento,
119 precisa ter o poder de aprovar os projetos a serem apresentados. Hendrik Mansur (TNC)
120 explicou que a questão não é sobre poder, é sobre capacidade técnica e
121 responsabilidade, inclusive judicial, sobre os projetos de obra, que deve recair apenas
122 sobre o órgão técnico. A questão do papel do Comitê na aprovação dos produtos foi a
123 votação. Sete pessoas votaram em se manter o termo "analisar", duas votaram em
124 "aprovar", houve duas abstenções. Com algumas outras contribuições ao texto, a minuta
125 de resolução foi aprovada para envio à plenária. Como encaminhamento da reunião,
126 seguem: **1 - Buscar elementos que permitam a participação de membros em**
127 **licitações do Comitê, mas não membros de Diretoria, CT e GTA; 2 - Trazer a**
128 **Assessoria Jurídica para a discussão sobre a participação de membros do Comitê**
129 **em licitações; 3 - Apresentar periodicamente status e tempo de repasses dos**
130 **recursos do Comitê, considerando tempo das licitações e repasses; 4 - Aprovar**
131 **defesa sobre resolução para enviar ao CERHI para mudar sistema de solicitação**
132 **de recursos; 5 - Nota técnica definindo a forma ideal para o repasse de recursos;**
133 **6 - Incluir na pauta da primeira reunião – Forma de repasse de recursos do INEA à**
134 **AGEVAP e estruturação e fortalecimento da equipe da AGEVAP.** Eu, Leonardo
135 Bruno Siqueira (AGEVAP), tomei a termo esta ata que segue assinada por:
136

Franziska Huber
FAETERJ Paracambi
Coordenadora da CTEG

Mariana de Paula Silveira
Ternium Brasil Ltda
Subcoordenadora da CTEG

Paulo de Tarso de Lima Pimenta
Federação Nacional das Indústrias (FIRJAN)
Coordenador da CTIL-G

Hendrik Lucchesi Mansur
The Nature Conservancy
Subcoordenador da CTIL-G

137

138 **Membros Presentes:**

139 **Usuários:**

140 Mariana de Paula Silveira (Ternium); Amisterdan Ribeiro Cristo (SIMARJ); Paulo de
141 Tarso de Lima Pimenta (FIRJAN); Rinaldo José da Silva Rocha (Light); Sabina
142 Campagnani (Furnas).

143

144 **Sociedade Civil:**

145 Franziska Huber (Faeterj); Hendrik Lucchesi Mansur (TNC); Carlos Eduardo Martins de
146 Souza (Apedema); Wladimir Leandro Loureiro (Adefimpa); José Luiz Governo de Souza
147 (ABES); Vera de Fátima Martins (Acampar).

148

149 **Governo:**

150 Monique Oliveira Fontes (P.M. Itaguaí); José Arnaldo dos Anjos *representando* Hélio
151 Vanderlei Coelho Filho (P.M. Nova Iguaçu); Andreia Loureiro (P.M. Queimados);
152 Hamilton dos Santos e Silva Junior (P.M. Japeri); João Emílio Fernandes Rodrigues
153 (P.M. Rio Claro).

154

155 **Membros Ausentes:**

156 Camila Azevedo de Souza (Light); Markus Stephan W Budzynkz (Adefimpa); Ricardo
157 Luiz Nogueira de Souza (ICMBio).